

BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Nº 03 | DATA: AGOSTO DE 2026 | PRODUÇÃO: INTELIGÊNCIA SINDICAL

ELEIÇÕES 2026: SOBERANIA, DEMOCRACIA E DISPUTA PELO PODER

SÍNTESE

O cenário das eleições brasileiras de 2026 é delineado pela convergência de duas dinâmicas fundamentais: a reconfiguração da ordem geopolítica internacional, impulsionada pela rivalidade entre Estados Unidos e China no controle de ativos estratégicos, cadeias globais de suprimento e territórios; e um cenário político interno polarizado, onde o presidente Lula inicia a disputa em posição de vantagem eleitoral, embora se depare com a extrema direita dotada de penetração social e competitividade nas urnas.

A conjuntura de julho e agosto de 2026 é constituída pela relação entre **três disputas** principais:

- a **disputa internacional**, produzida pela ofensiva do governo Trump sobre decisões econômicas, diplomáticas e institucionais brasileiras, relacionada à manutenção da liderança estadunidense na dimensão geopolítica;
- a **disputa nacional** sobre soberania, democracia, papel do Estado e orientação do desenvolvimento, que se relaciona a crise do arranjo político da Nova República;
- a **disputa eleitoral** polarizada entre Lula e Flávio Bolsonaro, na qual as duas disputas indicadas anteriormente se materializam em forças políticas concretas, campo de alianças e programas de governo.

A tese que sustentamos nesta análise é que as eleições brasileiras de 2026, aparece imediatamente como à busca pela conquista da presidência, governos estaduais e parlamentares, porém está atravessada e condensa tanto a disputa geopolítica mais ampla, quanto o futuro do regime político brasileiro, em crise devido ao esgotamento dos pactos estabelecidos pela Nova República; em outras palavras, o que está em questão a soberania e a democracia brasileiras.

Essa disputa mais ampla está contida na contradição político-eleitoral de 2026 da seguinte forma:

- um polo de **defesa da soberania nacional e da institucionalidade democrática**, cujo vértice eleitoral é Lula;
- um **polo autoritário e subordinado aos interesses estadunidenses**, articulado em torno de Flávio Bolsonaro e do legado político de Jair Bolsonaro.

As demais candidaturas à presidência possuem uma espaço social muito pequeno e não são marginais dentro da dinâmica política concreta na atual conjuntura. As candidaturas proporcionais, podem refletir em alguma medida esta polarização, porém como mediações maiores, tendo em vistas as dinâmicas territoriais e setoriais da disputa pelo legislativo.

Os argumentos se apóiam em documentos públicos, pesquisas de opinião e reportagens, com destaque para a cobertura da imprensa sobre a disputa eleitoral, as pressões externas e as estratégias das candidaturas. Os dados eleitorais são empregados somente quando necessários, sua discussão metodológica e segmentada encontra-se no Caderno complementar ao BAC nº 3, A conjuntura nas pesquisas: opinião pública, ideologia e disputa política no Brasil em 2026 (INTELIGÊNCIA SINDICAL, 2026).

Chave de leitura

Dimensão	Pergunta orientadora	Evidência principal
Geopolítica	Como a competição internacional chega ao Brasil?	Tarifas, comércio, recursos críticos, BRICS e atuação externa
Política	Como se organizam campos eleitoralmente competitivos?	Intenção de voto, alianças, redes religiosas e digitais, temas de campanha
Democracia	A disputa termina na votação?	Interferência externa, legitimidade eleitoral e capacidade de contestação

Elaboração própria. O texto distingue fato documentado, tendência apoiada em série observável, cenário condicionado e hipótese analítica.

As tendências aqui apresentadas exigem uma base material já observável: séries de avaliação, movimentos partidários, decisões diplomáticas, medidas comerciais, temas efetivamente mobilizados nas campanhas ou estruturas econômicas territoriais. Quando a evidência não permite afirmar direção ou intensidade, utiliza-se a expressão cenário condicionado ou hipótese. Essa cautela é especialmente importante em um processo ainda em curso.

1. INTRODUÇÃO

A apreensão da conjuntura política do Brasil em agosto de 2026 exige superar as leituras mecanicistas e reducionistas que contemplam o processo eleitoral apenas como um evento episódico ou uma mera crônica factual de acontecimentos. O cenário político não se revela pela simples soma ou sucessão de eventos, mas pela análise rigorosa das relações, contradições e mediações que organizam a correlação de forças e se condensam no momento atual. A **eleição presidencial de 2026** não é um fenômeno isolado: **ela constitui um ponto de condensação em que convergem tanto o esgotamento do pacto político da Nova República**

quanto o acirramento das disputas geopolíticas globais em um cenário de transição multipolar.

O presente *Boletim de Análise de Conjuntura* (BAC nº 3) parte da tese central de que a disputa eleitoral polarizada entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro materializa um confronto mais amplo sobre o futuro do regime democrático e da soberania nacional. De um lado, estrutura-se um polo focado na defesa da soberania e da institucionalidade democrática; de outro, conforma-se um polo autoritário, fortemente alinhado aos interesses imperialistas do governo estadunidense e sustentado pelo legado político do bolsonarismo.

Para apreender a complexidade dessa disputa, o documento organiza-se em quatro seções fundamentais:

- **Geopolítica e o Brasil:** Examina como a competição global entre Estados Unidos e China por recursos críticos, cadeias globais e controle territorial atinge a América Latina e impulsiona uma inédita "internacionalização" das eleições brasileiras. Destaca a ofensiva coercitiva de Donald Trump — o repaginado "Corolário Trump" — via sanções tarifárias, pressão diplomática e articulação com a oposição.
- **Eleições e o Cenário Interno:** Analisa a contradição entre os indicadores econômicos agregados (queda do desemprego e desaceleração da inflação) e a percepção cotidiana do custo de vida e do crédito caro (Selic a 14%). Mapeia a geografia dos palanques estaduais, demonstrando a ampla capilaridade federativa de Lula em 26 estados frente ao isolamento tático e à fragmentação da oposição no Centrão. Investiga, ainda, as mediações ideológicas, religiosas, territoriais e de comunicação que atravessam o eleitorado.
- **Cenários Condicionados:** Projeta quatro hipóteses dinâmicas de evolução da conjuntura pré e pós-eleitoral (disputa acirrada até o limite, avanço da oposição, emergência da soberania como eixo reorganizador e conflitos pós-eleitorais).

- **Considerações Finais:** Sintetiza as implicações táticas e estratégicas dos achados para as forças populares e institucionais.

Entre as principais **contribuições da pesquisa**, sobressai o fato de que a liderança eleitoral de Lula convive com uma avaliação governamental dividida e com uma matriz de valores sociais que se deslocou à direita em pautas comportamentais e de segurança. No plano econômico, demonstra-se que a angústia diante da inflação de alimentos atua como a base material concreta que “valida” o discurso conservador da oposição, mesmo entre eleitores de menor renda. Por fim, evidencia-se a assimetria na organização nos estados: enquanto a Frente Ampla governista unificou palanques e mobiliza a máquina de 11 governadores, o polo de extrema-direita sofreu um severo desmantelamento de suas bases estaduais — simbolizado pelo colapso do palanque de Minas Gerais após a desistência de Cleitinho Azevedo.

Assim, a pesquisa demonstra que o resultado das urnas em 2026 ultrapassará a escolha da chefia do Executivo, decidindo o papel do Brasil na ordem internacional e a margem de sobrevivência das instituições democráticas diante da pressão imperialista externa.

2. GEOPOLÍTICA E O BRASIL

Como a geopolítica atravessa a disputa eleitoral de 2026? Essa é uma pergunta fundamental que precisa ser tomada como referência para compreender os desafios estabelecidos no curto prazo no Brasil

2.1 A América Latina como terreno de disputa entre EUA e China

Partimos da constatação que o comércio, as finanças, a tecnologia, a defesa e o acesso a recursos naturais são setores que atualmente se estruturam com base na disputa entre Pequim e Washington. Mesmo com a digitalização da economia, a importância do controle territorial não foi suprimida: a produção de semicondutores, baterias, *data centers*, redes elétricas e aparatos militares dependente de insumos minerais, recursos

hídricos, energia, infraestrutura e rotas logísticas estratégicas. Consequentemente, **países que concentram grandes reservas naturais e potencial industrial vivem uma dualidade, divididos entre novas oportunidades de desenvolvimento e a crescente pressão para alinhar suas cadeias de suprimentos a blocos estratégicos globais.**

Ativos fundamentais para o modelo tecnológico global contemporâneo, como recursos minerais críticos, petróleo, cobre, lítio e biodiversidade, possuem grande concentração na América Latina. O Brasil se destaca nesse panorama ao aliar tais riquezas a uma matriz energética eficiente e limpa, grande produção de alimentos e um mercado interno robusto. Conforme ressaltado por Chade (2026), essa dimensão material do capitalismo moderno restituiu relevância ao domínio geográfico dos territórios, inserindo a região, e em especial o Brasil, diretamente na órbita de concorrência entre as grandes potências globais.

A inserção do Brasil no cenário internacional, não se dá em deslocamento com nossa trajetória de longo prazo, é marcada por contradições históricas intensificadas pela conjuntura atual, em outras palavras, **a relação de dependência externa e subordinação política é recomposta à luz das disputas geopolíticas atuais.** Os Estados Unidos conservam influência determinante na América Latina, porém foram forçados a coexistir com a expansão da China no interior de sua área de influência imediata, em especial no comércio e investimentos.

O desenvolvimento chinês possibilitou a diversificação de mercantil latino-americana e brasileira, aspecto que contribui para redução da subordinação em relação aos EUA e melhoria do poder de barganha dos governos da região. Em outras palavras, a introdução de um ator novo (China) em um sistema (as Américas), modifica as relações internas entre os atores, possibilitando, em tese, a produção de novos arranjos hierárquicos entre os componentes (nações latino-americanas). Contudo, essa dinâmica também apresenta contradições, pois, nas condições atuais, acaba por reforçar o padrão histórico, a relação de dependência externa, agora dirigida às demandas do gigante asiático; por óbvio, conserva a

condição do países da região, entre eles o Brasil, como exportadores de commodities e compradores de manufaturados chineses.

Quadro 1 — Vetores materiais da disputa internacional

Vetor	Interesse em jogo	Expressão no Brasil	Risco/possibilidade
Recursos críticos	Minerais para os setores de energia, defesa e tecnologia	Exploração de Terras raras, lítio, nióbio e outros minerais	Concentração na exportação primária ou participação industrial brasileira nas cadeias mundiais de produção de valor.
Comércio	Mercados e cadeias de suprimento	Relações simultâneas com China, EUA, UE e vizinhos	Guerra tarifária, diversificação de parcerias comerciais e disputa por investimentos
Finanças	Moedas, hegemonia do dólar, pagamentos e sanções	BRICS, Pix e sistema financeiro	Autonomia de pagamentos ou coerção externa
Território	Infraestrutura, energia, Amazônia e rotas	Controle de recursos e grandes projetos	Conflitos socioambientais e capacidade estatal e defesa e proteção.
Diplomacia	Formação de coalizões internacionais	G20, BRICS e Sul Global	Maior poder de barganha ou subordinação aos EUA

Fonte: elaboração própria a partir de Chade (2026) e das reportagens da Folha de S.Paulo citadas nas seções 5 e 6.

2.2. Internacionalização das eleições brasileiras

Na conjuntura de julho-agosto de 2026, **a relação com os Estados Unidos deixou de ser uma questão da política externa para se converter em um dos vetores principais do processo eleitoral brasileiro.** A cobertura jornalística e as pesquisas do período registram o desdobramento de uma ofensiva imperialista, caracterizada por novas etapas do 'tarifaço' (com sobretaxações coercitivas de até 37,5%), investigações contra a arquitetura soberana do Pix via Seção 301, o estreitamento da aliança política entre

Donald Trump e Flávio Bolsonaro e os crescentes ameaças de ingerência e interferência estrangeira nas redes e na integridade do pleito.

O acirramento dessa dinâmica ficou evidente na presença do presidente argentino **Javier Milei** na convenção do PL (25/07). Milei atuou como um cabo eleitoral e não como um chefe de estado de um país com importantes relações com o Brasil. A postura provocou uma crise internacional sem precedentes devido aos ataques diretos do líder argentino ao presidente Lula, a quem chamou de "ladrão" e "presidiário". Diante das ofensas contínuas às autoridades do país, o **Itamaraty** reagiu de forma dura e decidiu rebaixar formalmente o nível das relações diplomáticas com a Argentina.

Outro acontecimento que reforça a tese de internacionalização das eleições brasileiras foi a **tentativa do governo Donald Trump de enviar dois assessores do Departamento de Estado** (Riley M. Barnes e Samuel Samson) ao Brasil no final de julho de 2026. O plano seria "questionar a integridade e a transparência do processo eleitoral", porém essa manobra foi detectada pelo Itamaraty e pela diplomacia brasileira. Era evidente a estreita sincronia entre a tentativa de envio destes assessores de Trump com as declarações de Flávio Bolsonaro, que havia reativado questionamentos sem provas ao sistema de urnas eletrônicas diante de embaixadores estrangeiros.

Diante do risco de **articulação coordenada para minar preventivamente a legitimidade das urnas de outubro**, o governo brasileiro agiu com rigor ao vetar a concessão dos vistos aos oficiais norte-americanos. A firmeza da resposta institucional deflagrou imediata **retaliação diplomática por parte de Washington** — que culminou na revogação do visto da embaixadora brasileira nos EUA, Maria Luiza Viotti —, evidenciando que a extrema-direita brasileira em geral, e a candidatura de Flávio Bolsonaro em particular, atuam como extensões do aparelho de Estado estadunidense.

Diante das manifestações abertas de apoio da extrema-direita internacional à candidatura de Flávio, o governo federal buscou contraponto geopolítico na reafirmação de parcerias estratégicas com a China, a partir do **diálogo entre Lula e Xi Jinping**. Em conjunto, mais do que uma 'internacionalização'

da campanha, esses fatos demonstram a tentativa do imperialismo estadunidense de reordenar a América Latina sob o repaginado **'Corolário Trump'**, instrumentando pressões econômicas e institucionais para constranger a soberania nacional e influenciar a correlação de forças nas urnas.

A **dupla dimensão do “tarifaço”** imposto pelo governo estadunidense explicita como os fatores externos influenciam, neste momento, a disputa política interna no Brasil. No **plano estritamente econômico**, as sobretaxas atingem de maneira heterogênea diferentes setores, empresas e economias estaduais, porém, **não possuem a capacidade de criar a desorganização da economia brasileira em sua totalidade**. No entanto, é na **instância política** que a medida ganha sua maior centralidade: o tarifaço é percebido, pela maioria do povo, como uma **agressão direta à soberania nacional e a associação a candidatura de Flávio Bolsonaro é evidente** e revela sua submissão a interesses estrangeiros.

A estratégia do governo foi de focar os ataques na figura do secretário de Estado dos EUA, **Marco Rubio**, demonstrando um cálculo político sofisticado: permitiu ao governo elevar o tom do discurso em defesa da soberania, sem romper em definitivo os canais institucionais com a administração de Donald Trump (FOLHA DE S.PAULO, 2026d) e com isso poder negociar. Por outro lado, a reação de aliados de Flávio Bolsonaro às sanções econômicas colocou em evidência as contradições do polo oposicionista, demonstrando que a proximidade ideológica e o alinhamento com Washington podem converter-se em um custo político diante do eleitorado afetado pelas sanções materiais, mas também entre aquelas camadas que se sente atingidas por ataques à autodeterminação do país (FOLHA DE S.PAULO, 2026f).

A **síntese** que produzimos a partir destes acontecimentos pode ser expressa da seguinte forma: *As eleições brasileiras de 2026 ultrapassam as fronteiras de uma disputa presidencial ordinária e condensam contradições geopolíticas em um cenário de reconfiguração do poder mundial. O pleito converteu-se em um terreno de disputa pela hegemonia continental na América Latina, atravessado, de um lado, pela ofensiva coercitiva do governo Donald Trump sob o repaginado "Corolário Trump" — manifestada em tarifas comerciais, pressão diplomática e articulação com a candidatura de Flávio Bolsonaro — e, de outro, pela reafirmação da soberania nacional promovida por Lula em alinhamento com a transição multipolar e os BRICS. Nesta dimensão, é uma eleição que reflete a disputa entre o Norte e o Sul Global, e produzirá desdobramentos efetivos não apenas para o Brasil, mas para o conjunto das potências emergentes.*

Assim, o resultado das urnas brasileiras terão impacto direto sobre o controle de ativos estratégicos, o equilíbrio regional de forças e o papel do Brasil na ordem internacional.

3. ELEIÇÕES E O CENÁRIO INTERNO

3.1 Economia: a contradição entre o real e a percepção

A economia oferece ao governo Lula uma base mais favorável do que sugere sua avaliação política, mas ainda não assegura uma percepção social suficientemente forte para determinar a disputa eleitoral. No trimestre encerrado em junho de 2026, a taxa de desocupação recuou para 5,4%, enquanto a subutilização da força de trabalho atingiu 12,9% (IBGE, 2026a). O mercado formal também permaneceu em expansão: no primeiro semestre, foram criados 921.645 postos de trabalho, com saldos positivos nos serviços, na construção, na indústria e na agropecuária. O comércio foi o único grande setor a apresentar retração no período (BRASIL, 2026).

A inflação também mostrou desaceleração. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo variou 0,16% em junho (IBGE, 2026b). Esses resultados indicam uma conjuntura de crescimento do emprego e maior controle dos

preços, oferecendo ao governo elementos concretos para sustentar uma narrativa de melhora econômica. Entretanto, indicadores agregados não se convertem automaticamente em aprovação política. **A percepção cotidiana depende da evolução dos preços dos alimentos, da renda efetivamente disponível, do endividamento familiar, da qualidade dos empregos criados e do acesso aos serviços públicos.**

A política monetária constitui outra limitação. Mesmo após sucessivas reduções, a taxa Selic permanece alta em 14,00% ao ano em agosto (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026). Juros elevados encarecem o crédito, restringem o consumo financiado e dificultam investimentos produtivos. Também ampliam o custo da dívida pública e reduzem a margem fiscal para investimentos e políticas sociais. Forma-se, assim, uma **combinação contraditória**: *o emprego cresce e a inflação desacelera, mas o custo do crédito e as restrições orçamentárias limitam a capacidade de transformar esses resultados em melhora mais ampla das condições de vida.*

É nesse terreno que a ofensiva comercial dos Estados Unidos adquire significado interno mensurável. As tarifas não atingem a economia brasileira de maneira uniforme, seus efeitos concentram-se nos setores e territórios mais dependentes do mercado estadunidense, provocando redução das exportações, compressão das margens empresariais de lucro, adiamento de investimentos e pressão sobre empregos. Estudo do BNDES mostrou que, após as tarifas extraordinárias de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 21,3% entre agosto e dezembro daquele ano, em comparação com igual período de 2024. O impacto foi maior no Sul e em cadeias como madeira, móveis, calçados e couro, enquanto **Minas Gerais** também registrou queda expressiva nas vendas ao mercado estadunidense (BNDES, 2026).

A exposição ao mercado dos Estados Unidos, entretanto, não significa dependência absoluta, em 2025, esse país absorveu 10,8% das exportações brasileiras, proporção inferior aos 12% registrados em 2024. No mesmo ano, a balança comercial total do Brasil permaneceu superavitária, sustentada pela diversificação de mercados (BNDES, 2026). Em síntese, a economia

brasileira possui instrumentos de resistência, mas não impede perdas localizadas. A capacidade de redirecionar exportações varia conforme o produto, os contratos, as exigências sanitárias, os custos logísticos e a existência de compradores alternativos, este último aspecto tem sido uma área de atenção especial por parte do Governo Federal.

A economia constitui, portanto, um recurso e uma vulnerabilidade para Lula. A queda do desemprego, a criação de postos formais e a desaceleração dos preços fortalecem o governo. Em sentido contrário, juros elevados, restrições fiscais, desigualdade na distribuição dos resultados e possíveis perdas provocadas pelas tarifas reduzem sua capacidade de iniciativa.

Resta saber, *como a situação econômica dialoga com a aprovação do governo e as eleições*. A pesquisa Datafolha de 22 e 23 de julho registrou **aprovação do trabalho de Lula em 49% e desaprovação em 48%, enquanto a avaliação do governo permaneceu em 32% de ótimo ou bom, 28% de regular e 38% de ruim ou péssimo**. Em relação a julho de 2025, a aprovação subiu de 46% para 49%, mas a avaliação positiva permaneceu distante dos níveis observados no segundo mandato de Lula (DATAFOLHA, 2026a).

A **separação entre aprovação do presidente e avaliação positiva do governo** indica que parte do eleitorado distingue liderança, comparação entre alternativas e desempenho administrativo. Essa zona intermediária é politicamente relevante, porém não deve ser interpretada como apoio consolidado. A Folha mostrou que a estabilidade da disputa presidencial ocorreu mesmo após uma sequência de dificuldades na campanha de Flávio Bolsonaro: Lula marcava 48% contra 43% no segundo turno, e 40% contra 32% no primeiro (FOLHA DE S.PAULO, 2026a). A vantagem existe, mas a resistência dos percentuais revela polarização estruturada.

A experiência econômica cotidiana continua dividida. Na mesma pesquisa, saúde foi citada espontaneamente por 21% como principal problema do país; violência e segurança, por 17%; **economia, inflação e preços, por 14%**; corrupção, por 9%; educação, por 8%; e desemprego, por 5% (DATAFOLHA, 2026a). Entre eleitores de Lula, saúde e segurança lideravam; **entre eleitores**

de Flávio, economia e inflação ganhavam peso. Este aspecto merece atenção especial. A percepção dos problemas nacionais pelos eleitores revela uma aparente contradição no plano da interpelação ideológica e das urgências materiais. Embora o eleitorado de Flávio Bolsonaro seja organicamente mobilizado por pautas morais, religiosas e comportamentais difundidas por seus Aparelhos Ideológicos, ele aponta a economia e a inflação como os principais dilemas do país na pesquisa espontânea (DATAFOLHA, 2026a). Essa aparente divergência demonstra que a adesão à extrema-direita não ocorre de forma puramente abstrata: a angústia do custo de vida e o encarecimento dos alimentos no cotidiano funcionam como a base material concreta sobre a qual o discurso conservador se acopla, convertendo a insatisfação econômica e o desgaste do governo em engajamento político-ideológico.

Quadro 2 — Tradução política da economia

Processo observado	Base material	Implicação analítica
Recuperação parcial da aprovação do governo	49% aprovam e 48% desaprovam	O governo chega competitivo, sem avaliação social amplamente positiva
Persistência do custo de vida como problema	A percepção de que a Economia/inflação são problemas centrais sobe de 11% para 14% entre março e julho	A percepção dos preços limita o efeito eleitoral de indicadores agregados
Centralidade dos serviços públicos	Saúde é o problema mais citado (21%)	A avaliação do Estado passa pela entrega concreta, não apenas pela renda.
Segurança transversal	17% no total; aparece entre eleitores dos dois polos eleitorais.	O tema não pertence exclusivamente à direita, embora ela possua vantagem narrativa

Fonte: Datafolha (2026a). Elaboração Própria.

3.2 Trabalho, renda e proteção social

O conflito eleitoral tende a organizar-se menos em torno de uma oposição abstrata entre Estado e mercado e mais sobre as diferentes expectativas de proteção.

- Para **trabalhadores de baixa renda** temas como emprego, salário, previdência, direitos, serviços públicos e programas de transferência de renda formam um conjunto inseparável.
- Para **parcelas das camadas médias**, a proteção pode assumir a forma de estabilidade econômica, redução da inflação, segurança e previsibilidade institucional.

Enquanto a direita procura articular essas demandas à autoridade, ao empreendedorismo e à crítica à administração pública; a esquerda irá associá-las à renda, ao investimento e à presença estatal. Essa é uma chave importante para o debate eleitoral, como veremos a seguir.

A avaliação positiva do governo é maior entre quem recebe até dois salários mínimos e possui menor escolaridade; a negativa cresce entre rendas e escolaridade mais altas. A aprovação alcança 58% entre a faixa de até dois salários mínimos, mas cai a 38% entre os que recebem de cinco a dez salários mínimos. Também varia entre Nordeste e Sul e entre católicos e evangélicos (DATAFOLHA, 2026a). Essas clivagens estão melhor detalhadas no *Caderno Complementar* em Anexo.

Em síntese, a economia constitui uma condição necessária, mas não suficiente, para a vantagem governista. Seu efeito dependerá de três mediações: a percepção doméstica de preços e serviços; a estabilidade do trabalho e da renda; e a narrativa que atribuir responsabilidades por choques externos. Essas mediações serão tratadas a seguir.

3.3 A configuração atual da disputa eleitoral

Em julho, o Datafolha registrou vantagem de cinco pontos para Lula no segundo turno e oito pontos no primeiro em relação a Flávio Bolsonaro, enquanto os demais concorrentes permaneceram abaixo de 4% (FOLHA DE S.PAULO, 2026a). A estabilidade desde maio indica que acontecimentos negativos para uma candidatura não se convertem imediatamente em migração de votos, em contextos de polarização, ambos os campos possuem bases políticas e sociais mais resistentes do que a sucessão diária de notícias.

3.3.1 Lula, Flávio e o Centrão

Lula dispõe das vantagens da incumbência, da memória de seus governos e de maior apoio entre grupos de menor renda, eleitores mais velhos, mulheres, católicos e moradores do Nordeste. Seu limite é a avaliação governamental dividida e a dificuldade de transformar medidas econômicas em percepção generalizada de melhora.

Flávio herda o capital político e as redes do bolsonarismo, com força entre homens, evangélicos, trabalhadores com salário acima de 2 mínimos, rendas altas e moradores do Sul. Seu limite está na rejeição ao sobrenome, na associação com instabilidade institucional e na possível contradição entre alinhamento a Trump e impactos de medidas estadunidenses sobre o Brasil.

A centro-direita não desapareceu, mas chega fragmentada e organiza sua tática eleitoral a partir de cálculos pragmáticos. A Folha mostrou que PSD, MDB e outras forças possuem governadores e estruturas estaduais relevantes, porém se dividem entre candidaturas próprias, neutralidade e apoios aos dois polos. Migrações partidárias fortaleceram esse campo nos estados sem produzir unidade presidencial (FOLHA DE S.PAULO, 2026h). Esse fenômeno é resultado da polarização e ao mesmo tempo a reproduz a polarização na dimensão política, e seu efeito prática é tornar as alianças regionais menos previsíveis. No entanto, não podemos dizer que este comportamento é uma novidade neste setor, a força da centro-direita está situada na sua capacidade de condicionar os legislativos e governos estaduais, é uma posição que favorece vantagens fisiológicas importantes para a reprodução da forças tanto das legendas partidárias, quanto dos chefes políticos deste campo.

3.3.2 A Geografia dos Palanques Estaduais

A organização dos palanques regionais ao final das convenções partidárias em agosto de 2026 explicita um descompasso estrutural entre as duas

principais candidaturas presidenciais. Enquanto a candidatura à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva viabilizou uma ampla engenharia federativa — ancorada na reativação da Frente Ampla e em alianças pragmáticas em 26 unidades da Federação —, o polo de extrema direita liderado por Flávio Bolsonaro (PL) sofreu com o isolamento partidário no plano nacional, resultando na fragmentação de suas bases em estados-chave e na dependência de chapas puras com menor capilaridade.

a) A vantagem estratégica e a capilaridade da candidatura Lula

A liderança eleitoral de Lula encontra respaldo em uma arquitetura de apoio regional melhor consolidada:

São Paulo e o Eixo Sudeste: A convenção da Federação Brasil da Esperança em São Paulo lançou o ex-ministro Fernando Haddad (PT) ao Governo do Estado em chapa com Márcio França (PSB), tendo o reforço das ministras Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (MDB) ao Senado. O engajamento da chapa nacional na Vila Euclides (São Bernardo do Campo) marcou o resgate simbólico da disputa sobre a classe trabalhadora urbana e periférica, contrapondo-se à máquina do governo paulista.

Aproveitamento da crise na oposição em Minas Gerais: Em Minas Gerais — estado decisivo para o desfecho das eleições presidenciais —, o PT consolidou a candidatura de Patrus Ananias e a articulação da prefeita de Contagem, Marília Campos. O palanque de Lula se beneficiou diretamente do colapso do palanque de extrema-direita provocado pela “desistência” do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos), garantindo a Lula um palanque unificado e estável, enquanto a oposição chega dividida entre Mateus Simões (Novo/PSD) e nomes isolados do PL e do PP.

Nordeste como bastião petista: A candidatura de Lula conta com chapas de forte apelo à reeleição de seus governadores, como Jerônimo Rodrigues (PT) na Bahia, Elmano de Freitas (PT) no Ceará e Rafael Fonteles (PT) no Piauí (este último apoiado por uma coligação de 9 partidos com MDB e PSD). Em Pernambuco e Maranhão, o PT fez concessões pragmáticas ao apoiar chapas

de governadores do PSB, assegurando exclusividade ou palanques duplos amplos.

Incursão pragmática no Sul, Norte e Centro-Oeste: Onde a oposição possui maior enraizamento no agronegócio, a chapa de Lula abriu mão de cabeças de chapa próprias para compor com governadores do PSD, MDB e União Brasil (como no Amapá, Paraíba e Pará), assegurando palanques competitivos e garantindo capilaridade federativa.

b) Os gargalos e a desarticulação dos palanques de Flávio Bolsonaro

Em contraposição, a candidatura da extrema-direita enfrenta barreiras operacionais expressivas resultantes da recusa de aliança formal por partidos como Republicanos, PP, União Brasil e Podemos:

A fragmentação do eleitorado em Minas Gerais: O anúncio da renúncia de Cleitinho Azevedo (Republicanos) à disputa pelo Governo mineiro (onde liderava isolado com 35% das intenções de voto) privou Flávio Bolsonaro de seu palanque mais orgânico e competitivo. A alternativa que sobrou ao PL foi a de improvisar uma chapa puro-sangue com Flávio Roscoe (PL). O eleitorado conservador encontra-se ainda dividido com o candidato de Romeu Zema (Mateus Simões - Novo), inviabilizando uma frente única da direita no estado.

A contradição institucional em São Paulo: Embora o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) atue como o principal fiador e cabo eleitoral de Flávio no maior colégio eleitoral do país, a decretação de neutralidade aprovada pela convenção nacional do próprio Republicanos impediu a adição de tempo de TV para a chapa do PL e liberou os diretórios da sigla em outros estados.

Máquinas desgastadas e isolamento no Nordeste: No Rio de Janeiro, o palanque de Flávio sustenta-se sobre o governo de Cláudio Castro (PL), mas padece do desgaste de inquéritos e crise de gestão. Nas regiões Norte e

Nordeste, a neutralidade do Centrão reduziu a presença da extrema-direita a bancadas proporcionais isoladas, privando o presidenciável do PL de palanques majoritários fortes.

A análise comparativa dos palanques estaduais atesta que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva chega a agosto de 2026 substancialmente melhor estruturada do que a de Flávio Bolsonaro. A capacidade da Frente Ampla de Lula de costurar apoios em 26 estados e mobilizar a máquina de 11 governadores estaduais garante à candidatura de Lula maior capilaridade de cabos eleitorais e maior tempo de televisão regionalizado, compensando zonas de menor inserção ideológica e aprofundando o isolamento tático da oposição.

3.4 Ideologia, segurança, religião e comunicação

A vantagem eleitoral de Lula não equivale a uma maioria ideológica de esquerda. O Caderno Complementar deste Boletim demonstra que posições favoráveis à proteção social convivem com conservadorismo em segurança, religião e costumes, e que diferentes comunidades de sentido organizam o eleitorado para além da autodeclaração ideológica. Aqui, nos detivemos a reter apenas a consequência necessária: os dois polos disputam maiorias internamente contraditórias.

A **segurança** possui base material na percepção social. Em julho, violência e segurança apareciam como segundo principal problema do país. A Folha mostrou ainda que o tema dominava a comunicação de candidaturas estaduais de direita no Sudeste, enquanto a retórica de perseguição a Jair Bolsonaro também alcançava forte presença regional (FOLHA DE S.PAULO, 2026i). Isso sustenta a tendência de centralidade do tema; não autoriza concluir que uma orientação exclusivamente punitiva seja majoritária ou inevitável.

As **redes religiosas** ampliam a capacidade organizativa da direita. Igrejas oferecem convivência, confiança, apoio cotidiano e circulação de

interpretações. A vantagem de Flávio entre evangélicos, registrada nas pesquisas, encontra assim uma mediação institucional. O segmento, porém, é heterogêneo em denominação, renda, gênero e intensidade de participação. Sua dependência de serviços públicos e políticas sociais limita explicações baseadas apenas em valores morais.

As **plataformas digitais** constituem outra infraestrutura de disputa. A preocupação do governo com uma ofensiva de Trump e Milei nas redes decorre de atos públicos recentes e de experiências internacionais observadas pela própria coordenação governista (FOLHA DE S.PAULO, 2026b), como ingerências nas eleições recentes na Colômbia e Peru. A pesquisa sobre influência do voto, contudo, registrou que **a maioria declara não ser influenciada por família, amigos, imprensa ou redes**, e que os homens admitem maior influenciabilidade que as mulheres (FOLHA DE S.PAULO, 2026j). Como a autopercepção não mede exposição efetiva, o dado recomenda cautela, não indiferença.

Quadro 3 - Mediações entre experiência e voto

Mediação	Capacidade política	Limite analítico
Igrejas	Confiança, presença territorial e linguagem moral	Heterogeneidade interna e interesses econômicos dos fiéis
Plataformas	Velocidade, segmentação e coordenação transnacional	A estrutura dos algoritmos são opacos, e não proporcionam uma análise rigorosa.
Sindicatos e movimentos	Experiência do trabalho, direitos e organização coletiva	Capilaridade desigual fora do emprego formal
Governos locais	Serviços, segurança e presença cotidiana do Estado	Resultados variam por território e por coalizão
Imprensa	Agenda pública, investigação e enquadramento	Audiências fragmentadas e confiança polarizada

3.5 Segmentos sociais e cruzamentos decisivos

Os recortes de gênero, religião, renda e geração identificam tendências, mas não blocos homogêneos. **Lula mantém melhor desempenho entre mulheres, pessoas de baixa renda e eleitores mais velhos**; Flávio apresenta maior força entre homens, evangélicos e faixas de renda alta. O significado

político está nos cruzamentos de subnichos em contradição: mulheres evangélicas; homens de baixa renda; jovens precarizados; trabalhadores conservadores; e camadas médias que rejeitam o autoritarismo, mas preservam o antipetismo.

Há suporte material para selecionar esses cruzamentos. A avaliação do governo varia fortemente por renda, gênero, religião, idade e região; saúde pesa mais entre mulheres e baixa renda; a inflação ganha relevância entre eleitores de Flávio; e a segurança atravessa os dois eleitorados (DATAFOLHA, 2026a). As hipóteses de deslocamento decorrem dessas tensões observadas, mas sua direção depende da campanha e das experiências locais.

Quadro 4 — Cruzamentos prioritários para compreender possibilidades de diálogo eleitoral

Cruzamento	Tensão material observável	Condição de possível deslocamento
Mulheres evangélicas	Responsabilidade de cuidado e uso de serviços × orientação religiosa conservadora	Renda familiar, saúde, violência e posição das lideranças religiosas
Homens de baixa renda	Proteção econômica × linguagem de autoridade e segurança	Preço dos alimentos, emprego, criminalidade e reconhecimento social
Jovens precarizados	Insegurança laboral × baixa memória dos primeiros governos Lula	Oportunidades de trabalho, moradia, educação e repertórios digitais
Evangélicos de baixa renda	Capilaridade religiosa × dependência de políticas públicas	Experiência concreta dos serviços e intensidade da participação comunitária
Camadas médias urbanas	Estabilidade institucional × impostos, insegurança e antipetismo	Avaliação administrativa, inflação e rejeição comparada aos candidatos
Trabalhadores industriais e logísticos	Emprego nas cadeias globais × vulnerabilidade comercial	Efeito de tarifas, investimentos, automação e negociação coletiva

Esses cruzamentos evitam dois erros. O primeiro é deduzir identidade política da posição econômica: trabalhadores favoráveis a políticas sociais podem sustentar valores conservadores. O segundo é deduzir programa econômico da identidade religiosa ou cultural: eleitores conservadores

podem rejeitar redução de direitos e serviços. A campanha vencedora não precisará eliminar essas contradições, mas organizá-las em uma interpretação coerente.

As pesquisas funcionam como fotografia das disposições no momento do campo. Não revelam sozinhas como acontecimentos futuros serão interpretados. A passagem entre experiência social e o voto depende das mediações descritas na seção anterior e da desigualdade de presença dos campos políticos em cada território.

3.6 Territórios da disputa

O **Nordeste** permanece como a principal base territorial de Lula, sustentado por memória política, políticas sociais e maior aprovação do governo. A vantagem, porém, não elimina diferenças entre capitais, áreas rurais, cidades médias e regiões metropolitanas. A Folha registrou que, nas campanhas estaduais, o Nordeste era a única região em que temas locais geram mais engajamento que pautas nacionais, sinal de que a política territorial pode limitar a nacionalização completa da eleição (FOLHA DE S.PAULO, 2026i).

O **Sudeste** concentra eleitorado, atividade econômica, periferias metropolitanas e grandes redes religiosas e digitais. A desaprovação do governo é mais alta que no Nordeste, e a segurança ocupa espaço destacado nas campanhas estaduais. Reduzir a vantagem da direita nesse território pode ser tão importante para Lula quanto ampliar percentuais em suas bases. Para Flávio, avançar nas periferias exige combinar a linguagem da ordem com respostas à renda e aos serviços.

Sul e Centro-Oeste oferecem bases importantes à direita, mas contém uma contradição econômica verificável: o agronegócio e as cadeias exportadoras dependem da China, do crédito, da infraestrutura e de mercados diversificados, enquanto parte de suas lideranças se alinha politicamente a Trump. O impacto eleitoral dessa contradição será

condicionado pela existência de perdas efetivas e pela disputa sobre suas causas.

No **Norte e na Amazônia**, soberania, recursos minerais, energia, meio ambiente e presença estatal assumem forma territorial direta. Trabalhadores urbanos, povos indígenas, comunidades tradicionais, pequenos produtores, garimpeiros e empregados de grandes projetos possuem interesses distintos. A soberania somente adquire conteúdo social quando responde a controle dos recursos, trabalho, proteção ambiental, infraestrutura e participação das populações afetadas.

Quadro 5 — Tipos de território e processos a acompanhar na disputa eleitoral

Território	Contradição central	Indicadores materiais
Periferias metropolitanas	Proteção social × ordem punitiva	Preço, transporte, serviços, violência e redes religiosas
Cidades industriais/logísticas	Soberania produtiva × cadeias globais	Emprego, tarifas, automação e acordos coletivos
Municípios do agronegócio	Conservadorismo × dependência comercial	Exportações, crédito, China, infraestrutura e renda local
Cidades médias	Mudança econômica × reorganização política	Emprego, expansão religiosa, serviços e lideranças locais
Áreas minerais e amazônicas	Controle nacional × apropriação privada	Licenças, royalties, trabalho, conflito fundiário e presença estatal

A tipologia complementa, e não substitui, a divisão regional. **Ela permite observar como um mesmo acontecimento — tarifa, investimento, crise de segurança ou política social — produz efeitos diferentes conforme a estrutura econômica e as redes de organização existentes.**

4. CENÁRIOS CONDICIONADOS ATÉ A ELEIÇÃO E DEPOIS DELA

Cenários não são previsões. Eles organizam combinações plausíveis de processos já presentes e explicitam as condições que poderiam alterar a disputa. O ponto de partida, em agosto de 2026, é uma liderança competitiva de Lula, uma candidatura bolsonarista consolidada como principal oposição, avaliação governamental dividida, centro-direita fragmentado e maior presença do conflito internacional na campanha.

Cenário A — Disputa até o limite

A polarização permanece estável se a economia não produzir mudança perceptível, a segurança dominar a agenda e os dois campos preservarem suas bases. **É o cenário mais compatível com a série recente:** os percentuais resistiram a acontecimentos negativos de campanha e a avaliação do governo segue dividida (FOLHA DE S.PAULO, 2026a; DATAFOLHA, 2026a). **Pequenos deslocamentos territoriais e comparecimento tornam-se decisivos.** A definição das eleições ocorre nos detalhes, como aconteceu nas eleições colombianas e peruanas.

Cenário B — Avanço de Flávio

A oposição cresce se conseguir unificar inflação percebida, insegurança, antipetismo e crítica administrativa, reduzindo o custo de sua associação com Trump. Para isso, precisará alcançar trabalhadores que defendem políticas sociais sem exigir adesão ao liberalismo econômico. O cenário possui base na força entre homens, evangélicos e Sul e na avaliação negativa do governo; não há, até o momento, evidência de movimento nacional

consolidado nessa direção, porém pode acontecer se ocorrer elementos relacionados à intervenção das Big Techs e disputas no TSE, que nestas eleições conta como uma composição mais alinhada a extrema-direita, com a presidência de Kassio Nunes Marques e a Vice de André Mendonça.

Cenário C — Soberania como eixo reorganizador

Tarifas, interferências ou conflitos por recursos ganham capacidade de alterar a campanha caso provoquem efeitos econômicos visíveis. O tema pode favorecer Lula, mas também pode ser reapropriado pela direita como crítica à diplomacia ou à regulação ambiental. O fator decisivo será a atribuição de responsabilidade, não o acontecimento externo isolado.

Cenário D — Contestação e conflito pós-eleitoral

A atuação transnacional da ultradireita, a retórica de perseguição e a experiência de contestação institucional tornam necessário considerar disputas sobre legitimidade das eleições. A existência do risco é sustentada por redes e discursos observáveis; sua intensidade não pode ser inferida da intenção de voto. O cenário depende da margem de resultado das urnas, da posição das instituições e das autoridades constituídas no plano dos tribunais.

Para monitorar o desenvolvimento dos cenários apresentados, é importante considerar os indicadores apresentados abaixo.

Sinal de acompanhamento	O que confirmaria mudança
Economia cotidiana	Queda persistente da preocupação com preços e melhora da avaliação de serviços
Coalizões	Unificação ou neutralização efetiva de partidos de centro-direita
Territórios	Mudança consistente no Sudeste, entre evangélicos ou em periferias
Pressão externa	Medidas com efeitos setoriais mensuráveis sobre emprego e comércio
Legitimidade	Escalada coordenada de ataques ao processo eleitoral

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da conjuntura de agosto de 2026 atesta que a eleição presidencial ultrapassa os limites de uma disputa eleitoral ordinária e se consolida como o **ponto de condensação das contradições estruturais do país**. O resultado das urnas incidirá diretamente sobre a capacidade do Estado brasileiro de sustentar um projeto soberano de desenvolvimento em um cenário geopolítico multipolar ou subordinar-se à ofensiva coercitiva do "Corolário Trump".

1. **Descompasso entre liderança eleitoral e hegemonia:** A vantagem eleitoral resiliente de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro e segundo turnos convive com uma avaliação governamental dividida e uma matriz ideológica em que a direita e o centro-direita atingiram 44% da população. A vitória nas urnas do polo democrático-popular é uma condição necessária, porém insuficiente, para garantir estabilidade política, exigindo a conversão dessa maioria eleitoral defensiva em força social organizada nos territórios, nos locais de trabalho e nos Aparelhos Ideológicos.
2. **A base material da disputa e a questão econômica:** Embora os indicadores econômicos agregados apontem recuperação do emprego e queda do desemprego formal, o custo de vida e a inflação percebida de alimentos funcionam como a base material concreta que alimenta a insatisfação popular. A capacidade de a oposição acoplar seu discurso conservador e moral à angústia econômica do eleitorado demonstra que a disputa do custo de vida e do crédito acessível é o terreno decisivo para a definição dos votos indecisos.
3. **Assimetria federativa e isolamento do polo autoritário:** A organização dos palanques regionais ao término das convenções revelou uma nítida vantagem logística da Frente Ampla democrática — estruturada em 26 estados com a sustentação de 11 governadores — diante da desarticulação e do isolamento do PL de Flávio Bolsonaro, cujo marco mais expressivo foi o colapso de seu palanque em Minas Gerais.

Em suma, a conjuntura de 2026 exige das forças progressistas e sindicais uma atuação que combine a defesa firme da soberania e da institucionalidade democrática com respostas imediatas às urgências materiais da classe trabalhadora.

Referências

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Impactos do tarifaço na balança comercial brasileira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2026. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/29387/1/PRFol_216976_Impactos%20do%20tarifa%C3%A7o%20na%20balan%C3%A7a%20comercial%20brasileira.pdf. Acesso em: 6 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado formal cria 921,6 mil empregos no primeiro semestre de 2026**. Brasília, DF, 29 jul. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/julho/mercado-formal-cria-921-6-mil-empregos-no-primeiro-semester-de-2026>. Acesso em: 6 ago. 2026.

CHADE, Jamil. **Brasil 2026: o epicentro da nova ordem mundial**. 2026.

DATAFOLHA. **Avaliação do governo Lula: julho de 2026**. São Paulo: Datafolha, 24 jul. 2026. Pesquisa BR-01166/2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Caiaido diz que Milei fez escândalo, mas cobra diplomacia de Lula**. São Paulo, 28 jul. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **China diz apoiar Brasil contra 'interferência externa' em meio a investidas de Trump e Milei**. São Paulo, 27 jul. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Datafolha: Lula tem 48%, e Flávio Bolsonaro, 43% no segundo turno**. São Paulo, 24 jul. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Governo Lula teme interferência externa nas redes após ofensiva de Trump e Milei a favor de Flávio**. São Paulo, 27 jul. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Lula nomeia Rubio como adversário e consagra estratégia eleitoral contra Flávio**. São Paulo, 21 jul. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Maioria diz que família, amigos, imprensa e redes sociais não influenciam voto, aponta Datafolha**. São Paulo, 27 jul. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Novo tarifaço é revés para Flávio e pode anular ganhos com visita a Trump, avaliam centrão e aliados**. São Paulo, 2 jun. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Renúncias e migrações partidárias turbinam centro-direita nos estados**. São Paulo, 5 abr. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Segurança pública e perseguição a Bolsonaro dominam discursos de campanhas estaduais no Sudeste**. São Paulo, 3 ago. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Sombra de Bolsonaro e Milei reflete isolamento de Flávio**. São Paulo, 25 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IPCA fica em 0,16% em junho**. Rio de Janeiro: IBGE, 10 jul. 2026. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em: 6 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trimestre encerrado em junho de 2026**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>. Acesso em: 6 ago. 2026.

INTELIGÊNCIA SINDICAL. **A conjuntura nas pesquisas: opinião pública, ideologia e disputa política no Brasil em 2026**. Caderno complementar ao BAC nº 3. São Paulo, 5 ago. 2026.

ANEXO - A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO LAWFARE NAS DISPUTAS PRESIDENCIAIS

1. O Caso Lulinha

A emergência de denúncias e apurações envolvendo Fábio Luís Lula da Silva (Lulinha) na conjuntura pré-eleitoral de agosto de 2026 reativa um consagrado padrão de atrito político-institucional no Brasil. Como debatido nas análises do portal GGN, o uso do ecossistema de perseguição judicial e policial (*lawfare*) direcionado aos familiares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva constitui uma prática recorrente e cíclica, operada estrategicamente há 20 anos em momentos decisivos do calendário eleitoral. A instrumentalização de suspeitas não formalizadas como ferramenta de desidratação eleitoral visa fustigar a imagem do Executivo, conter seus avanços sociais e construir uma falsa simetria moral com os escândalos que cercam a extrema-direita.

A reconstrução da linha do tempo entre 2006 e 2026 evidencia como a abertura de inquéritos e o vazamento de relatórios preliminares cumprem uma função tática recorrente: **produzir um efeito político-eleitoral imediato na opinião pública antes de qualquer julgamento fático ou processual**.

Ciclo Eleitoral	Fato / Instrumento Utilizado	Desfecho Processual	Efeito Político-Midiático Obter / Conjuntural
2006 (Mensalão)	Inquérito sem provas materiais com base no depoimento de Roberto Jefferson.	Arquivado por falta de fundamentação.	Desestabilização do governo e desgaste direto de lideranças expressivas do PT.
2010 (Sucessão)	Inquérito por supostos favorecimentos e negócios com empresas públicas.	Arquivado pelo Ministério Público Federal (MPF).	Impacto das manchetes e pressão sobre o eleitorado no período de votação.
2014 (Eleição)	Investigação sobre suposta influência em contratos no âmbito da Lava-Jato.	Arquivado sem denúncia ou acusação formal.	Amplificação do ecossistema antipetista na imprensa comercial.
2018 (Campanha)	Difusão massiva de denúncias de enriquecimento ilícito nas redes.	PF e MPF confirmaram ausência de provas .	Alimentou a narrativa de corrupção sistêmica que marcou aquele pleito.
2022 (Eleição)	Inquérito sobre doações eleitorais disfarçadas e laços com doadores.	Arquivado em definitivo pelo TSE.	Desgaste reputacional e exploração pelo aparato de agitação da oposição.
2026 (Atual)	3 pedidos de inquérito por suposto tráfico de influência acatados no STF.	Em andamento (sem provas concretas).	Fustigamento do governo para amortecer o desgaste do "tarifaço" de Trump.

O enquadramento atual em 2026 revela a mesma tecnologia de assédio institucional. As acusações que orbitam o nome de Lulinha em supostas articulações de tráfico de influência com a Dataprev, o INSS e o setor de cannabis medicinal carecem de justa causa e de inquérito formalmente instaurado contra sua pessoa. O grande motor do processo reside no **vazamento seletivo de relatórios preliminares de inteligência para os meios de comunicação**. A tramitação acelerada dos pedidos de investigação conduzida pelo ministro André Mendonça (STF) acaba por respaldar e amplificar o sensacionalismo midiático em torno de apurações incipientes.

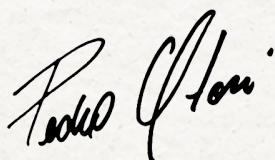
Entre os setores governistas e a coordenação da campanha de reeleição, manifesta-se o receio de que essa escalada do *lawfare* culmine em manobras de maior impacto às vésperas de outubro de 2026. A hipótese de medidas extremas — como uma intimação para depoimento compulsório ou o pedido de uma prisão temporária no ápice do processo eleitoral — é interpretada como um risco concreto projetado para produzir o máximo dano político e desestabilizar a vantagem da chapa Lula-Alckmin.

2. O Caso Marcola

A exploração político-midiática em torno de Marco Aurélio Santana Ribeiro ("Marcola"), ex-chefe de gabinete da Presidência da República, reproduz com precisão a mesma engenharia de *lawfare*. A revelação a conta-gotas na imprensa de vazamentos sigilosos — sobre um empréstimo pessoal de R\$ 249 mil concedido pela empresária Roberta Luchsinger e devidamente quitado, segundo o ex-assessor — foi imediatamente convertida pelo bloco de oposição em uma ferramenta de fustigamento institucional para ferir o núcleo do Palácio do Planalto em pleno início de agosto de 2026.

A base material do método permanece idêntica: utiliza-se a vazão antecipada de dados policiais para atropelar os ritos do devido processo legal e criar um ambiente de condenação sumária perante a opinião pública. Ao acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir a quebra de sigilos e a abertura de inquéritos sobre o *timing* da saída de Marcola do governo, a oposição instrumentaliza o sistema de persecução penal para amplificar

ruídos e desgastar a imagem ética do Executivo. Trata-se de uma tecnologia de desgaste reputacional que busca interferir na correlação de forças eleitorais antes mesmo do encerramento das apurações.



Pedro H. otoni

Sócio-Diretor RECTE - Consultoria Estratégica

REFERÊNCIAS

- [1] UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. USTR Section 301 Determination on Brazil's Unreasonable Acts, Policies, and Practices. Washington, 1 jun. 2026. Disponível em: <https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/june/ustr-section-301-determination-brazils-unreasonable-acts-policies-and-practices>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- [2] LAWDER, David; PARAGUASSU, Lisandra. Trump administration proposes 25% tariff to punish Brazil over trade practices. Reuters, Washington/Brasília, 2 jun. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/trump-administration-proposes-25-tariff-punish-brazil-over-trade-practices-2026-06-02/>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- [3] TELES, Isabel; PAYNE, Julia. Brazil contests EU move to block animal product shipments. Reuters, São Paulo/Bruxelas, 12 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/eu-block-brazil-animal-product-exports-september-2026-05-12/>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- [4] REUTERS. US to designate two Brazilian gangs as 'terrorist organizations,' Rubio says. Reuters, 28 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/us-intends-designate-two-brazilian-gangs-terrorist-organizations-rubio-says-2026-05-28/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[5] REUTERS. Lula rejects U.S. terrorist designation of Brazil criminal gangs.

Reuters, 29 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/brazil-rejects-us-designation-criminal-gangs-terrorists-2026-05-29/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[6] IBGE. Influenciada pela alta dos alimentos e remédios, inflação fica em 0,67% em abril. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 12 maio 2026.

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/46656-influenciada-pela-alta-dos-alimentos-e-remedios-inflacao-fica-em-0-67-em-abril>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[7] IBGE. PNAD Contínua Trimestral: desocupação sobe em 15 das 27 UFs no 1º trimestre de 2026. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 14 maio 2026.

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/46676-pnad-continua-trimestral-desocupacao-sobe-em-15-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2026>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[8] BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova em dois turnos fim da escala 6x1 com jornada máxima de 40 horas semanais. Brasília, 27 maio 2026. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1277141-camara-aprova-em-dois-turnos-fim-da-escala-6x1-com-jornada-maxima-de-40-horas-semanais/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[9] TEIXEIRA, Fabio; NOGUEIRA, Marta; VIGA GAIER, Rodrigo. Petrobras cuts dividend, investment projections in new five-year business plan. Reuters, Rio de Janeiro, 28 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/energy/brazils-petrobras-approves-109-billion-business-plan-2026-2030-source-says-2025-11-28/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[10] REUTERS. U.S. terror label for Brazilian gangs risks derailing police cooperation, say sources. Reuters, 4 jun. 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/us-terror-label-brazilian-gangs-ri>

sks-derailing-police-cooperation-say-sources-2026-06-04/. Acesso em: 7 jun. 2026.

[11] REUTERS. US terrorist label for Brazil gangs risks higher business costs. Reuters, 5 jun. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us-terrorist-label-brazil-gangs-risks-higher-business-costs-2026-06-05/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[12] BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Brasília, 6 maio 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[13] BRASIL. Casa Civil. Novo Desenrola do Governo do Brasil prevê até 90% de desconto e facilita renegociação de dívidas. Brasília, 4 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[14] BRASIL. Ministério da Fazenda. Governo fecha o mês de abril de 2026 com superávit de R\$ 25,2 bilhões, acima da projeção do mercado. Brasília, 28 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/governo-fecha-o-mes-de-abril-de-2026-com-superavit-de-r-25-2-bilhoes-acima-da-projecao-do-mercado>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[15] REUTERS. Brazil central bank trims interest rates again, eyeing Iran conflict. Reuters, 29 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-central-bank-cuts-interest-rates-by-25-bp-expected-2026-04-29/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[16] BRASIL. Senado Federal. Congresso derruba veto e possibilita redução de penas pelo 8 de janeiro. Agência Senado, Brasília, 30 abr. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/04/30/congresso-derruba-veto-e-possibilita-reducao-de-penas-pelo-8-de-janeiro>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[17] BRASIL. Senado Federal. Presidente da República pode enviar nova indicação à vaga do STF. Agência Senado, Brasília, 30 abr. 2026; atualizado em 29 maio 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/04/30/presidente-da-republica-pode-enviar-nova-indicacao-a-vaga-do-stf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[18] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Por Dentro das Eleições: conheça as regras sobre uso de IA na campanha eleitoral de 2026. Brasília, 10 abr. 2026; atualizado em 19 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Abril/por-dentro-das-eleicoes-conheca-as-regras-sobre-uso-de-ia-na-campanha-eleitoral-de-2026>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[19] REUTERS. Brazil markets rattled by report linking Flavio Bolsonaro to disgraced banker. Reuters, 13 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/brazil-markets-rattled-by-report-linking-flavio-bolsonaro-disgraced-banker-2026-05-13/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[20] REUTERS. Bolsonaro reversal on ties to jailed banker leaves allies reeling. Reuters, 14 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/media-telecom/bolsonaro-reversal-ties-jailed-banker-leaves-allies-reeling-2026-05-14/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[21] ASSOCIATED PRESS. Brazil presidential hopeful Flávio Bolsonaro denies wrongdoing after asking banker for millions. AP News, maio 2026.

Disponível em:

<https://apnews.com/article/236f7e6448e10836d1af0ceecc26ddc8>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[22] REUTERS. How a Jim Caviezel film got mixed up in a Brazilian political scandal. Reuters, 15 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/how-jim-caviezel-film-got-mixed-up-brazilian-political-scandal-2026-05-15/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[23] REUTERS. Brazil arrests former BRB head in Banco Master probe, sources say. Reuters, 16 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/brazil-police-arrest-former-head-lender-brb-sources-say-2026-04-16/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[24] REUTERS. BRB signs agreement with Quadra Capital to sell assets linked to Banco Master worth \$2.9 billion. Reuters, 21 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/finance/brb-signs-agreement-with-quadra-capital-sell-assets-linked-banco-master-worth-29-2026-04-21/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[25] REUTERS. US launches probe into Brazil's trade practices, digital payment services. Reuters, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/us-launches-probe-into-brazils-trade-practices-digital-payment-services-2025-07-16/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[26] REUTERS. Brazil challenges legitimacy of US trade probe, urges dialogue. Reuters, 19 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-challenges-legitimacy-us-trade-probe-urges-dialogue-2025-08-19/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[27] REUTERS. Brazil's central bank says its Pix system is not a threat to payments companies. Reuters, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/boards-policy-regulation/brazils-central-bank-says-its-pix-system-is-not-threat-payments-companies-2025-08-27/>. Acesso em: 7 jun. 2026.